

Governo planeja encurtar campanha

■ Nova lei vai reduzir prazos para a indicação de candidatos e diminuir o horário eleitoral para evitar o desgaste político do presidente

CARMEN KOZAK

BRASÍLIA — O governo quer reduzir o período de campanha nas eleições do ano que vem para diminuir o desgaste político do presidente Fernando Henrique Cardoso durante a disputa.

Os líderes governistas no Congresso Nacional já estão trabalhando para tentar incluir na lei que regulamentará as eleições de 1998 a redução dos prazos de campanha.

A indicação dos candidatos e campanha de rua passariam de 90 para 60 dias e o prazo da propaganda eleitoral no rádio e na televisão de 60 para 30 dias de duração.

Com esses novos prazos, a oposição terá menos tempo para apresentar críticas na televisão contra o governo federal e os governadores que tentarem se reeleger.

Isso também beneficia os candidatos à reeleição, uma vez que o presidente e os governadores tendem a aparecer mais na mídia, inclusive por causa de seus atos administrativos.

A lei que regulamentará as eleições do ano que vem terá que ser aprovada pelo Congresso, de acordo com os prazos previstos na Constituição, até o dia 3 de outubro deste ano.

Adendo — Para facilitar as negociações e acelerar a tramitação da proposta, os governistas estão analisando a possibilidade de incluir a redução do período de campanha no projeto de lei do senador Guilherme Palmeira (PFL-AL), que vai regulamentar o uso da máquina administrativa por quem estiver disputando a reeleição.

O projeto já está apresentado e tem condições de começar a ser discutido no Senado a partir de quarta-feira, quando a emenda da reeleição deverá ser aprovada em segunda e última votação.

A redução do período de campanha está sendo defendida abertamente pelo líder do PFL na Câmara, Inocêncio Oliveira (PE), que já tratou do assunto com o presidente Fernando Henrique Cardoso.

O presidente, segundo Inocêncio, considerou a proposta interessante. “Não é possível o país

ficar se submetendo a campanhas que se arrastam por meses e paralisam as administrações”, afirmou Inocêncio.

O deputado pefelista conta que a proposta reduz o tempo de campanha a partir da dilatação do prazo para a realização das convenções partidárias.

A atual legislação determina que a realização das convenções partidárias para a escolha dos candidatos seja feita até o dia 30 de maio e o registro das candidaturas nos tribunais eleitorais até o dia 1º de junho.

Pela nova proposta, as convenções passariam a acontecer até 30 de junho e os registros de candidatura até 1º de julho.

Outra mudança que está sendo analisada pelos parlamentares governistas diz respeito ao período de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão.

Pela legislação atual, a campanha eletrônica se arrasta por dois meses no primeiro turno da eleição. A proposta dos governistas reduz este prazo para um mês.

Ou seja, a campanha no rádio e na televisão — ponto mais tenso das eleições —, começaria no dia 1º de setembro.

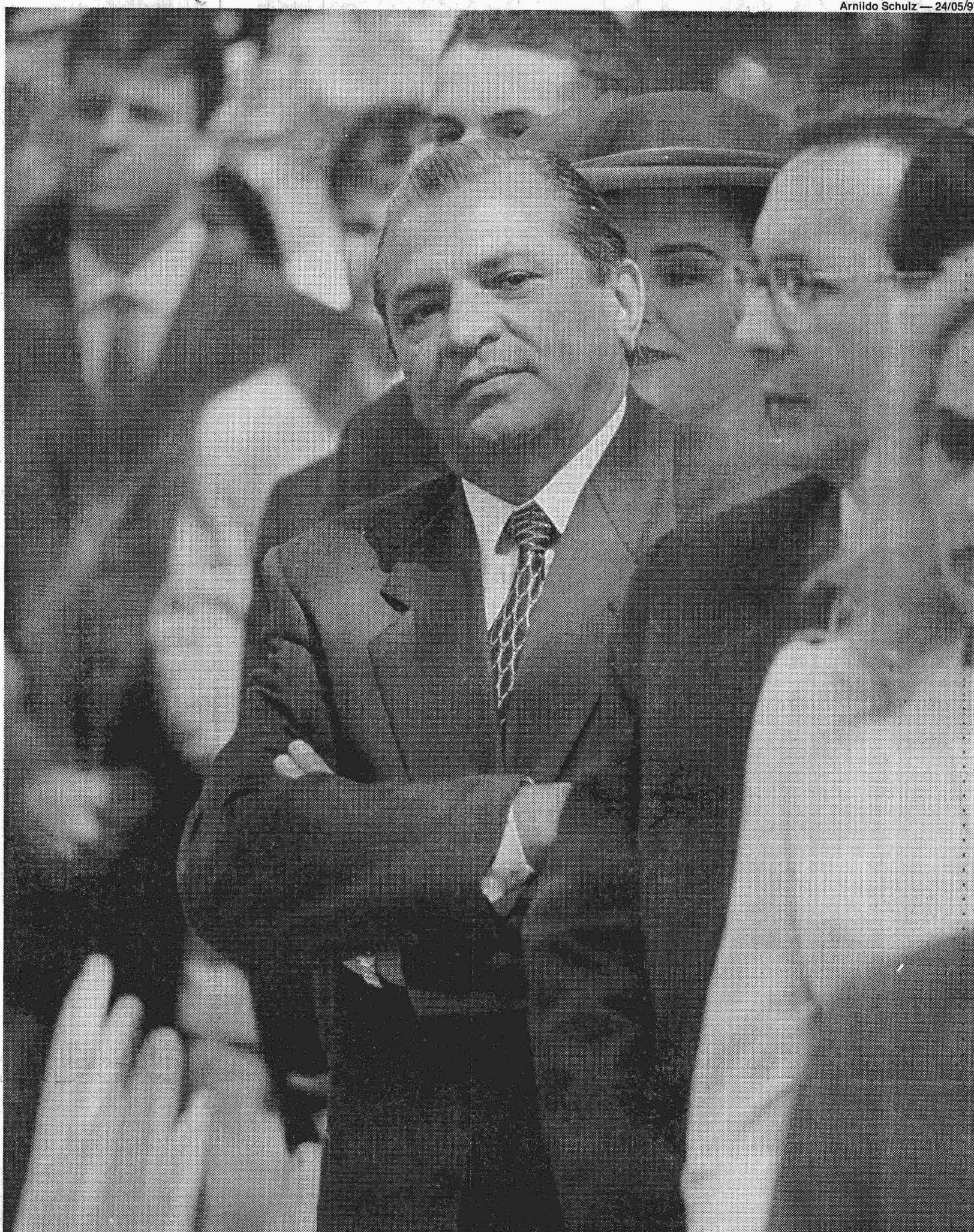
Guerra de dossiês — “O eleitor não suporta tanto tempo de propaganda eleitoral. É melhor um período enxuto, no qual cada candidato apresenta suas propostas e pronto”, resume o líder pefelista.

Inocêncio argumenta que a redução do prazo de campanha também “aliviaria” o eleitor do que chama *guerra de dossiês*.

“Nas últimas campanhas o que vimos foi um festival de acusações e poucas propostas. Com menos tempo, todo mundo será obrigado a ter propostas.”

A discussão da lei que regulamentará as eleições do ano que vem é uma das maiores preocupações dos aliados do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Os governistas alegam que é nessa discussão que os adversários da sua reeleição tentarão impor dificuldades. Por isso, eles se anteciparam com a apresentação do projeto do senador Guilherme Palmeira.



O pefelista Inocêncio Oliveira apóia a redução na duração das campanhas: “O eleitor não suporta mais tanto tempo de propaganda eleitoral”